



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

GABRIELE DE OLIVEIRA MOTA

**A INTEGRAÇÃO NACIONAL E A TRANSAMAZÔNICA NAS PÁGINAS DO
JORNAL DO BRASIL E DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA: UMA ESTRADA PARA
A LEGITIMAÇÃO**

**PARNAÍBA-PI
2024**

GABRIELE DE OLIVEIRA MOTA

**A INTEGRAÇÃO NACIONAL E A TRANSAMAZÔNICA NAS PÁGINAS DO
JORNAL DO BRASIL E DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA: UMA ESTRADA PARA
A LEGITIMAÇÃO**

Artigo apresentado à Universidade Estadual do
Piauí, campus Professor Alexandre Alves de
Oliveira, como requisito parcial para obtenção
do grau de Licenciatura Plena em História.
Orientador: Prof. Dr. Fernando Bagiotto
Botton.

**PARNAÍBA-PI
2024**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(conforme RESOLUÇÃO CEPEX 014/2011 de 13 de maio de 2011)

Aos 13 dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às 18:30 horas, na sala virtual do Google Meet <https://meet.google.com/ozv-wthq-vcj>, na presença da banca examinadora, presidida pelo(a) professor(a) **Fernando Bagiotto Botton** e composta pelas seguintes professores: **Francisco José Leandro Araújo de Castro** e **Felipe Augusto dos Santos Ribeiro**, o(a) aluno(a) **Gabriele de Oliveira Mota** apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título: **A INTEGRAÇÃO NACIONAL E A TRANSAMAZÔNICA NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL E DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA: UMA ESTRADA PARA A LEGITIMAÇÃO**. A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pela aprovação da candidata. Eu professor Fernando Bagiotto Botton na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pelo(a) aluno(a) apresentador(a) do trabalho.
Obs.: A banca deliberou pela nota 9,5.

Documento assinado digitalmente



FERNANDO BAGIOTTO BOTTON
Data: 14/06/2024 16:55:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton
Presidente da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



FRANCISCO JOSE LEANDRO ARAUJO DE CASTR
Data: 17/06/2024 14:21:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco José Leandro Araújo de Castro
Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO
Data: 15/06/2024 17:38:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



GABRIELE DE OLIVEIRA MOTA
Data: 17/06/2024 22:06:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aluno(a)

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre se empenharam ao máximo para garantir minha educação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho marca o fim de uma jornada de cinco anos, que foi possível com a colaboração de tantas pessoas queridas, e a elas gostaria de deixar registrado meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Inácio e Zelenia, por proporcionarem uma educação de qualidade, ao meu irmão, João Paulo, e a minha irmã, Valéria, que mesmo longe sempre buscou me apoiar nas minhas escolhas. Sua dedicação e apoio foram fundamentais para minha formação.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, em especial a minha “panelinha”, Danielle Cristina, Viviane Beatriz, Luana Maria e Nathan Castro, com quem realizei os trabalhos, os projetos, viajei, chorei... e que de forma direta ou indireta me ajudaram a construir esse trabalho com conselhos e opiniões. Assim como meus amigos Fernando Sales e Raíssa Alves, que tanto me incentivaram nesse processo.

Aos meus professores que contribuíram profundamente para a minha formação profissional e servem de inspiração. Um agradecimento especial para o meu orientador, professor Fernando Botton, que com muita paciência me orientou e encorajou.

Agradeço também à Universidade Estadual do Piauí, pela oportunidade de estudar em um ambiente de aprendizado com excelentes profissionais. Viva a universidade pública!

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, estiveram presentes e me ajudaram a chegar até aqui.

A INTEGRAÇÃO NACIONAL E A TRANSAMAZÔNICA NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL E DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA: UMA ESTRADA PARA A LEGITIMAÇÃO

Gabriele de Oliveira Mota

RESUMO

Este artigo pretende analisar como os discursos de integração nacional são representados, com foco especial na construção da Rodovia Transamazônica durante a década de 1970. Para tal, realizamos um estudo comparativo entre as narrativas veiculadas pelo *Jornal do Brasil* e pelo *Almanaque da Parnaíba*, levando em consideração as nuances regionais na representação desse discurso. Emergem deste estudo diversos símbolos — tais como nacionalismo, soberania e integração — que são instrumentalizados pelos periódicos para reforçar a legitimidade do projeto militarista ditatorial.

Palavras-chave: Transamazônica; Integração Nacional; *Jornal do Brasil*; *Almanaque da Parnaíba*; Nacionalismo.

Introdução

O presente trabalho nasce da leitura geral do periódico *Almanaque da Parnaíba*, ocasião em que nos chamou atenção as menções à região amazônica, levantando alguns pontos associados ao meio e como são retratadas as regiões. Relacionando as observações com as leituras sobre o cenário brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, a pesquisa foi se moldando. Assim, buscamos apresentar e analisar como os periódicos apresentam o Plano de Integração Nacional (PIN), que se materializa na construção da rodovia Transamazônica. Apoiado no nacional-estatismo¹, conceito que refere-se à concepção de Daniel Aarão (2015), utilizado aqui sobretudo para compreender e guiar a leitura dessas noções de projeto de nação e o autoritarismo, com ênfase sobretudo no governo Vargas. Tais elementos viabilizaram com a centralização política que um projeto com essa magnitude mobiliza, também no imaginário nacional. Para isso analisaremos dois periódicos: o *Jornal do Brasil* (JB) e o *Almanaque da Parnaíba* (AP).

¹ Daniel Aarão (2015) aponta a existência desse conceito em quatro governos, com Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Emílio Médici e Luiz Inácio Lula. Utilizamos este conceito retomando os três primeiros governos a fim de compreender algumas permanências, evidenciando que tais governos tinham um projeto de nação, assim como o papel do Estado. No entanto, reconhecemos que há algumas discontinuidades, sobretudo no que tange o fator Estado dentro do nosso recorte principal, que é o ano de 1970, no recorte é evidente que esse projeto se liga diretamente à iniciativa privada, nomeado por Ridente (2015) como modernização conservadora. Assim, não desconsideramos os pontos importantes destacados por Aarão no início desse projeto de nação nacional-estatista em busca de desenvolvimento, que se utiliza-se do Estado e do nacionalismo, sobretudo na chamada Era Vargas, formando as bases do desenvolvimentismo.

O *Almanaque da Parnaíba* foi fundado por Benedicto dos Santos Lima, tendo a sua primeira edição em 1924. Benedicto Lima também era dono de uma mercearia conhecida como “Mercearia do Bemem”, as publicações do AP visavam divulgar a prosperidade da cidade e integrar-se ao meio intelectual do município, posto que Benedicto e seus colaboradores representariam uma “elite intelectual” formada por profissionais liberais e comerciantes (Carvalho; Grazziotin, 2018, p. 183-184). As edições do recorte utilizado (foram analisadas as edições que vão de 1964 a 1980) estavam sob a responsabilidade de Ranulpho Torres Raposo, que havia assumido a direção em 1942, e tinha prestígio entre as elites intelectuais e econômicas de Parnaíba, no próprio periódico ele expressa a sua relação com instituições importantes como o SESC, BNB, Associação Comercial de Parnaíba, etc., em que ele ocupava posição de liderança e direção. A circulação do periódico não se restringia apenas a cidade de Parnaíba, circulava nos estados vizinhos, Maranhão e Ceará, com uma maior frequência, e também em outros estados, porém, eram enviados por seus colaboradores em uma escala menor para outros estados (Carvalho; Grazziotin, 2018, p. 191-192).

O periódico se materializou num formato de livro e apresentava um conteúdo variado, desde poemas, textos literários, aspectos históricos e geográficos, falava de economia e esboçava comportamentos com suas propagandas, além, é claro, de falar da cidade de Parnaíba. Esse conteúdo variado pode ser lido como uma intenção de atingir um público variado, ainda que esse lado das variedades seja uma característica marcante do AP, os destaques para os aspectos econômicos e políticos traduziam um posicionamento marcado pelos interesses econômicos e posturas políticas. O periódico falava enquanto Piauí, buscando evidenciar os acontecimentos e reivindicações para o estado, além disso, buscava comentar sobre o cenário nacional e internacional, sendo por meio desses artigos que analisaremos como o almanaque via a integração nacional. O Piauí se relaciona com o cenário nacional, sendo apresentado nos textos e discursos de modernização e desenvolvimento, e essas demandas são bem enfáticas quando relacionadas ao estado. A escolha dessa fonte se dá em virtude do seu caráter local, visto que os discursos sobre a integração nacional afetam também a região Nordeste.

A fim de ter uma visão mais ampla sobre os discursos relacionados a integração nacional recorreremos à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o nosso critério de pesquisa foi a quantidade de menções usando como chave de busca o termo “transamazônica”, assim selecionamos o *Jornal do Brasil* (JB) do Rio de Janeiro. Fundado em 1891, o JB teve suas edições impressas até 2010, no caso da nossa pesquisa foram analisados apenas os periódicos de 1970.

No contexto da ditadura o JB passava por uma reforma, apesar disso, mantinha seus atributos, se definindo como um órgão católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada, apesar de fazer algumas críticas a ações do governo como o Ato Institucional 5, suas críticas eram direcionadas ao governante e não ao regime. Com a ascensão de Emílio Garrastazu Médici, o JB voltou a apoiar o governo e a política econômica de Delfim Netto, apesar de algumas brechas de crítica ao regime, em linhas gerais, o periódico se mostrava um grande apoiador da ditadura (Ferreira; Montalvão, S. D.). Além das menções, é relevante considerar que ao se apresentar a partir de um eixo geográfico e político, o JB parecia assumir o papel de porta-voz, falando a partir dos anúncios e ao falar do governo, além de deixar um espaço ínfimo para críticas que, quando colocadas em suas manchetes, eram logo rebatidas com algum pronunciamento. Esse quesito do eixo geográfico é ressaltado pois, além de apresentarem visões diferentes, estava representando os interesses do empresariado, situado numa região já desenvolvida, que buscava equiparar as demais em seus discursos.

O Programa de Integração Nacional, ao qual o trabalho se refere, foi criado durante o governo de Emílio Médici, e tem como principal objetivo integrar à economia nacional as áreas do país que se encontravam em desigualdade, como o Norte e o Nordeste, onde atuavam instituições de desenvolvimento, no caso da SUDENE e a SUDAM, tendo como finalidade precípua a construção da Transamazônica, uma estrada que cortaria as duas regiões e levaria consequentemente o desenvolvimento, integrando as regiões ao restante do país. Paralelo a construção da estrada seria executada o plano de irrigação do Nordeste e a Colonização e reforma agrária ao longo do trajeto (Brasil, 1970).

Tal feito ganhou muita visibilidade, sobretudo na imprensa, e o seu papel não pode ser desconsiderado. É pertinente o que Durval M. de Albuquerque Júnior coloca sobre o entendimento de uma região:

Em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, por que são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizado como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes (2011, p. 35).

Os discursos apresentados aqui fazem parte de um contexto específico, dessa forma é importante entender que tais discursos partem de um lugar, de um grupo, etc., as representações construídas a partir dos discursos formam uma concepção de mundo, de território, de relações

e de valores que podem ser politicamente orientados. Portanto, examinaremos a conexão dessas narrativas com a política e a maneira como elas promovem a ideia de integração nacional.

Desenvolvimentismo, construção da nação e território

O recorte do trabalho refere-se ao contexto da ditadura civil-militar em torno da premissa do desenvolvimentismo e como se deu a proposta de integração. Posto isso, este tópico irá se empenhar em compreender o desenvolvimentismo, retomando os principais governos que usaram desse discurso, por meio de pesquisa bibliográfica; essa retomada se apresenta necessária se compreendermos o desenvolvimentismo como um elemento importante para os projetos de nação que emergiram, caracterizada pela definição de nacional-estatismo. Daniel Aarão aponta que no Brasil o desenvolvimentismo avança a partir do Estado (2015, n.p.). Essa relação desenvolvimentismo e Estado foi um elemento característico de muitos países da América Latina no século XX, visto como um meio de superação do atraso.

Os conceitos são criados ou modificados a partir de uma realidade histórica onde estão inseridos². Dessa forma, Pedro Cezar Fonseca se dispõe a buscar o cerne do conceito de “desenvolvimentismo”³, pensando na realidade latino-americana, dessa forma o autor entende como uma:

Política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (Fonseca, 2015, p. 40).

O autor defende o pressuposto que o desenvolvimentismo só é possível por meio de uma política econômica, no caso da América Latina essa política é comumente encabeçada pelo Estado e acaba se tornando um elemento a ser alcançado. Por ser um conceito plástico, ele é adaptado e utilizado por um longo período e governos como uma forma de legitimação.

Assim, em um primeiro momento, Fonseca (2015) estabelece as três prioridades do conceito: a Industrialização, um Projeto de Nação e o Intervencionismo. Ainda que o autor

² Referência ao artigo de Reinhart Koselleck intitulado: “História dos conceitos”. O primeiro tópico visa desenvolver sobre o conceito de desenvolvimentismo, compreender as transformações deste conceito, em uma realidade como a do Brasil é de suma importância que se entenda como um conceito que se transforma, como é utilizado de diversas formas, como propõe Koselleck (1992).

³ Buscamos compreender, a partir de Padro Fonseca (2015), as bases desse desenvolvimentismo, entendemos que ele não se desvincula de uma concepção política. Dessa forma, nesse primeiro momento entendemos esse desenvolvimentismo dentro de um projeto de nação, que evidencia essa unidade de Brasil, assim como atribui continuidades, como o destaque para o nacional-estatismo de Daniel Aarão (2015).

acabe abrindo parênteses para alguns elementos que aparecem com uma certa recorrência, como a burocracia ou a formação de grupos técnicos para executar os projetos, no caso do nosso recorte destaca-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), etc. A partir disso, observando como esses atributos se relacionam na forma de conceber o território, o meio geográfico que passa a ser transformado, usando essas características sob o lema da integração nacional, tem implicações econômicas, sociais e políticas.

Sem a pretensão de fazer um grande recuo pela história econômica do Brasil, cabe destacar que o passado colonial rotulou o país a partir de uma vocação agrária, ou como destaca os autores Pedro Fonseca e Ivan Salomão, um “nacionalismo agrário” que toma a natureza abundante e privilegiada do país como um elemento ufanista, de forma que a ela estaria relacionado o destino da economia (2017, p. 9).

Esse era o cenário que se perfilava na história brasileira até a década de 1920, tal contexto simboliza um ponto de cisão, marcado pelo crescimento de movimentos sociais e questionamentos acerca da incapacidade das instituições liberais em vencer o “atraso” e a “desordem”. Havia uma preocupação com a economia brasileira, afetada pelo *crash* da bolsa de valores de Nova York em 1929. Um dos efeitos desse contexto, no Brasil, foi a Revolução de 1930 que colocou Vargas no poder (Capelato, 2019). Os acontecimentos internacionais, como a Crise de 29, não explicam a fissura de uma lógica agrária para o desenvolvimentismo a partir da década de 1930, no entanto, foi relevante para acelerar as mudanças no país, ela foi resultado, também, de uma mudança das elites dominantes, não de maneira total. Houve alianças entre os setores agrários e os setores emergentes, como as indústrias e os trabalhadores urbanos, sendo promovida uma industrialização sem o deslocamento completo da elite fundiária na esfera político-institucional, como apontam os autores, Pedro Cezar Fonseca (2015) e Pedro Cezar Fonseca; Ivan C. Salomão (2017).

Buscando entender as rupturas durante o governo Vargas, Daniele Aarão utiliza o conceito de ‘nacional-estatismo’ que expressava um projeto duradouro e consolidado para o país, seu governo foi marcado por uma centralização do poder; a busca de modernização e industrialização, nesse contexto se desenvolveu uma industrialização de substituição de importações, as alianças sociais, principalmente com os trabalhadores, unificação nacional, o populismo e a exaltação de uma determinada identidade para o Brasil.

A unificação não era apenas espacial, mas também social, formalizada por meio das leis trabalhistas, mesmo nessa integração social se mostrava circunscrito, posto que acabava privilegiando o setor industrial/urbano (2015, n.p.). Essa política social, como aponta Maria

Helena Capelato (2019), era uma forma de controle, onde o Estado tutelava as atividades sociais, reduzindo a sua autonomia. Esse novo projeto de nação tinha o Estado como elemento central e unificador. O caráter integrador ganha destaque nesta pesquisa, dessa forma podemos entender como essa relação político-institucional de nação se liga à percepção das regiões.

A busca por essa identidade nacional, por mais que tentasse apagar, colocou em evidência as diferenças regionais, sobretudo após a década de 1920. Durval M. de Albuquerque Júnior explica que as mudanças ocorridas nessa conjuntura instituíram um novo regionalismo, colocando a “geografia em ruínas”, os aspectos considerados para diferenciar uma região da outra são a modernização e o desenvolvimento técnico. Essas mudanças se concentram sobretudo na parte sul do país, apontando principalmente para São Paulo, apresentadas em alguns discursos pesquisados pelo autor como “superior”, pelas mudanças sociais e a presença volumosa de imigrantes europeus (2011, p. 53-55). Até então a concepção do território do estado brasileiro era percebido sob uma lógica Norte-Sul.

A construção dessa nação se apoiava na ideia de progresso e modernização, cabe ressaltar que o caráter unificador aqui evidencia essas noções de regiões, tem-se uma das primeiras tentativas de unificação dessa nação, onde se levou o progresso, no caso da região amazônica, por meio da dominação da natureza. Esses elementos se apoiaram, sobretudo, na prática do discurso, porém, ainda não estamos falando de uma política de estado intensa como foi na década de 1970.

No que tange o sentido espacial, o governo de Vargas buscava ocupar os espaços demográficos tidos como vazios, sendo esse período marcado pela “Marcha para o Oeste”, um programa lançado em 1938, cujo objetivo era promover o desenvolvimento econômico e o povoamento da região Norte. Há muito a região amazônica chama atenção por sua natureza, geralmente associada à noção de uma “natureza selvagem”, “devoradora de homens”. Rômulo Andrade demonstra que a visão que se tinha sobre a região vinha de obras literárias do início do século XX, tomando os exemplos de Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau, influenciados também pelas teorias científicas da época, como o Darwinismo social e o determinismo climático e geográfico; esses autores apresentam como essa região era percebida, pela sua natureza e como ela influenciava os moradores, vista como um impedimento ao progresso (2010, p. 455). Com a abertura do programa, a região voltou a ficar em evidência,

principalmente centrada na figura de Vargas, tido como um dos primeiros presidentes a visitar a região⁴.

As análises de Rômulo Andrade ainda demonstram que a política estadonovista se apropriou desses discursos da literatura, e promoveu como solução a superação desses limites por meio do povoamento e de uma racionalização da natureza, dominando-a. Essas apropriações se deram pelo fato de que “necessitava-se legitimar sua presença nas diversas partes do país, além de reafirmar sua novidade em oposição à ‘República Velha’” (Andrade, 2010, p. 461). Assim, a tentativa de ocupação desse espaço se mostrou algo mais simbólico e discursivo do que uma iniciativa efetiva, pois havia o intuito de legitimar e evidenciar esse governo e essa nação.

As percepções sobre o Nordeste não são diferentes, advêm de produções literárias, consideradas regionalistas, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e as produções de intelectuais como Gilberto Freyre. Entretanto, diferentemente das citadas anteriormente, as obras não chamam atenção para a natureza indomável do lugar e sim para aspectos de pobreza, sofrimento, as secas e suas consequências. Esses estereótipos arraigados por essas obras literárias acabaram refletindo como o centro de poder, que também estava inserido em uma região que se modernizava, percebia e inventava as demais regiões, como aponta Durval M. de Albuquerque Júnior (2011).

O Nordeste passou a ficar conhecido como “região problema” a partir de uma grande seca que aconteceu entre 1877 e 1879, em que seriam necessárias as intervenções do governo central. Apesar disso, as intervenções por meio de programas se consolidaram apenas no período republicano, com a criação do IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra Seca), em 1909, e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), em 1945 (Campos, 2004, p. 9-11). Por meio de diferentes discursos, a seca foi colocada como um símbolo característico da região e uma tática das oligarquias locais para conseguirem verbas do governo. As intervenções, pelo menos até a década de 1950, tinham apenas o objetivo de combater o problema das Secas, sem ponderar o desenvolvimento da região ou se tornarem uma campanha governamental como foi a Marcha para o Oeste.

Não obstante, os discursos construídos a partir da região Nordeste, nesse enquadramento do início da república, foram marcados por uma narrativa tradicionalista, fortemente ligada a

⁴ A passagem de Getúlio Vargas na região Norte foi muito emblemática, tanto a sua visita, que o coloca como um dos primeiros presidentes a visitarem a região, como o seu “discurso do rio Amazonas”. <<http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/10-exposicoes/314-a-marcha-para-o-oeste-a-conquista-do-brasil-central.html>>. Acesso em 28 mar 2024.

um passado, um espaço parado no tempo, que ainda mantinha sua organização e privilégios dos latifundiários tradicionais. Muitos dos artistas e intelectuais desse movimento tradicionalista tinham em vista projetar a imagem de um Nordeste a partir da construção da memória, o que perpetuou essa imagem dinâmica do espaço por mais tempo. (Albuquerque Júnior, 2011, p. 90)

Os aspectos culturais explorados pelos regionalistas tradicionalistas constituídos e influenciados por Gilberto Freyre entendiam a formação dessa região ligadas diretamente a uma visão do nacional. Esse regionalismo se via sob a ótica do “não colonizado”, entendendo que essa tradição é desenvolvida a partir do contato “afetivo” de brancos com negros e indígenas, assim como a nação que, nesse contexto de 1930 em diante, estava buscando construir uma identidade nacional. O Nordeste seria uma verdadeira expressão no nacional (Albuquerque Júnior, 2011, p. 90-93; 104). Esse contexto também foi marcado por uma estatização da mestiçagem, transformando-a em símbolo nacional, ancorada sobretudo em intelectuais como Gilberto Freyre.

A “nova era” colocada, sobretudo, com a ditadura do Estado Novo, representa o modelo de Estado que sai de uma lógica individualizante para algo mais coletivo, associado ao projeto de nação, não apenas por parte do governo, mas pela busca de construir um pensamento coletivo. A política nacionalista e de desenvolvimento, que teve grande apoio popular nacional, foi exemplificada principalmente pela campanha “O petróleo é nosso”, expressando um caráter popular, nacionalista e anti-imperialista, o desejo de toda uma nação.

Na política externa o governo Vargas da década de 1950 tentava articular o que Paulo Vizontini expõe como “barganha nacionalista”, pois nesse contexto de Guerra Fria os Estados Unidos tentavam promover a industrialização do país com investimentos em troca de apoio do Brasil nos ideais em disputa durante o período de Guerra Fria (2019, p. 204-205). Buscava-se atender aos interesses dos Estados Unidos e os interesses nacionais no sentido de se ter autonomia e promover a industrialização. Nesse sentido, o nacionalismo tem papel fundamental na mobilização e coesão interna, necessária à estabilidade do projeto desenvolvimentista. O governo Vargas não foi apenas uma mera centralização, também trouxe novos elementos que foram o início de mudanças na estrutura do país, tanto no sentido político, como econômico e social, ressaltando o caráter nacional desenvolvimentista e autoritário.

O desenvolvimentismo não se deu linearmente, ocorreram desencontros, destacando os governos de Dutra (1946-1951) e Café Filho (1954-1955), que abriram a economia para o mercado internacional sem projetos internos para o Brasil. Vale ressaltar que o contexto internacional da Guerra Fria e as pressões estabelecidas pelos Estados Unidos tiveram influência nas posturas econômicas adotadas. Posteriormente o nacional-estatismo foi retomado

por Juscelino Kubitschek, a sua política econômica se manteve alinhada aos Estados Unidos, dessa forma houve, não só uma continuidade da abertura comercial ao mercado internacional, mas também a retomada do projeto de industrialização do país, voltado para a indústria de bens duráveis, agradando às classes médias e o alinhamento internacional (Vizentini, 2019, p. 205). Apesar do plano desenvolvimentista abrir-se para o capital estrangeiro, o que para alguns não era considerado um ato nacionalista, JK estava atuando frente às pressões dominantes dos Estados Unidos ao mesmo tempo que promovia um projeto desenvolvimentista.

João Emanuel Mello e Fernando Novais (2007), em uma perspectiva modernizante promovida pelo desenvolvimento, apontam que os brasileiros tinham a expectativa de progresso do país, se equiparando aos países desenvolvidos, principalmente a partir da década de 1950. Esse contexto foi marcado nacionalmente pela industrialização com a abertura para o capital internacional, enquanto no Piauí o cenário era de declínio da atividade extrativista.

Esse processo de industrialização nacional continuaria a beneficiar principalmente as regiões Sul e Sudeste. Elson Rabelo (2008) aponta que com a ideia de um Brasil rumo ao progresso a partir da industrialização, o discurso regional (no caso da sua pesquisa refere-se a região Nordeste) continuou com um viés salvacionista, não mais voltado para as secas ou o banditismo, mas voltado principalmente para o resgate de “áreas atrasadas”.

As práticas e discursos regionalistas nordestinos sofrem um deslocamento que intensifica a política de pedido de verbas das décadas anteriores”; ‘as elites agropecuárias e extrativistas piauienses, sem saída e empobrecidas após a crise do extrativismo, precisam encontrar uma identidade espacial para operar social e politicamente diante da nação moderna e em plena industrialização (Rabelo, 2008, p. 38).

O autor argumenta que com o desenvolvimentismo as práticas discursivas regionais se deslocaram, buscando atrair verbas e desenvolver a região. Frente às gritantes desigualdades regionais e o aumento das migrações da região Nordeste, algumas instituições foram criadas, destacamos a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, durante o governo Juscelino Kubitschek como uma tentativa de diminuir as desigualdades regionais. Nascida do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a SUDENE tinha como objetivos aplicar políticas de industrialização, fortalecer a economia agrícola e demais esforços a fim de superar as desigualdades econômicas e sociais.

Ao assumir a chefia do GTDN, Celso Furtado apresentou o estudo “Uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste” ao então presidente Juscelino Kubitschek, tendo

ideias consideradas revolucionárias, Furtado afirmou que o Nordeste era a região mais pobre da América Latina, além da existência de um desequilíbrio entre o Nordeste e o Centro-Sul que ameaçava a unidade nacional. Culpava a fragilidade econômica, baixa produtividade, falta de capitalização pela ruína da região. O relatório do GTDN (1959) foi bastante cauteloso ao indicar a ordem fundiária como causa do atraso da região, no entanto, isto não foi o suficiente, pois parlamentares nordestinos foram, em grande maioria, contrários à criação da SUDENE por medo de uma “mudança brusca no *status quo* ou arranjo institucional que prevalecia na região.” (Júnior et al., 2011, p. 820).

As mudanças promovidas pelo órgão não foram efetivas, pois ainda havia problemas estruturais e as migrações para outras regiões, principalmente o Centro-Sul, não cessaram, embora tenham mudado as proporções. As mudanças provenientes da urbanização e industrialização aceleradas, a partir de 1950, nacionalmente, romperam com uma homogeneidade da classe média, que tinha “a via principal de transmissão do valor do progresso foi sempre, entre nós, a da imitação dos padrões de consumo e dos estilos de vida reinantes nos países desenvolvidos.” (Mello; Novais, 2007, p. 604). As transformações ocorridas nesse contexto, se mostraram pertinentes, pois com as reivindicações das camadas mais populares, como a reforma agrária, fizeram com que parte desses grupos se sentissem ameaçados e apoiassem a tomada de poder pelos militares, buscando evidenciar como as transformações ocorridas influenciaram o caráter civil do golpe.

Na transição da década de 1950 para 1960 tivemos governos alinhados aos interesses estadunidenses (como foi o caso de Dutra e JK), intensificados principalmente pela Guerra Fria. A tentativa de uma política externa independente levou os governos de Jânio Quadros e João Goulart a tentar expandir as relações do país, voltando a fazer diplomacia com países do Leste Europeu e Latino-Americanos, como Cuba, o que foi visto como uma ameaça para os Estados Unidos. A Política Externa Independente (PEI), que marca essa transição, é compreendida como uma resposta às transformações internacionais que atuavam fora dos centros dominantes. No caso da América Latina, refere-se às pressões impostas pelos Estados Unidos quando se modifica de alguma forma as relações de dependência ao buscar o desenvolvimento nacional, além de representar a tentativa de atuação no cenário mundial (Vizentini, 2019, p. 209-211). Esse cenário acentuava as disputas e forneciam justificativas para que setores da sociedade apoiassem um golpe em nome de uma democracia ameaçada pelo comunismo.

Ditadura e política desenvolvimentista

O desenvolvimentismo e a noção de integração não são exclusivos do golpe militar, como visamos desenvolver. O “renascimento do nacional-estatista” ao qual Daniel Aarão identifica com a ditadura, apresenta uma série de rupturas com o modelo inaugurado por Vargas, tais como a centralização estatal vinculada a setores populares e as questões sociais, mas o autor evidencia algumas continuidades como o autoritarismo e o projeto de nação (2015, n.p.). Numa tentativa de compreender o desenvolvimento, considerando sua relação mais estreita com o setor privado evidenciado na década de 1970, reconhecendo os limites do nacional-estatismo dentro da discussão historiográfica, no contexto ditatorial, sobretudo com o General Emílio Médici, utilizaremos a concepção de “modernização conservadora” de Marcelo Ridenti (2015). Na conjuntura da década de 1970, que também é reconhecida pela repressão, o regime buscou por legitimidade fundamentando-se no crescimento econômico e na modernização, essa “modernização conservadora” que emerge foi o resultado de um projeto de modernização a partir de medidas econômicas e políticas do Estado autoritário, associado a iniciativa privada, o que promoveu o desenvolvimentismo às custas das liberdades democráticas e acompanhado de uma grande concentração de riquezas (Ridenti, 2015, n.p.).

O auge do desenvolvimento durante a ditadura também ficou conhecido pelo “Milagre Econômico” por haver uma redução nas porcentagens de inflação e considerável crescimento econômico. Esse crescimento se deve a alguns fatores como o estrangulamento de importações, disponibilidade de moeda conversível permitindo a importação de produtor que estava em falta no mercado, a vinda de empresas transnacionais que tiveram um efeito crescente no valor das exportações: 32,2% em 1967, 11,2% em 1968, 32,3% em 1969, 45,3% em 1970, 27,5% em 1971 e 52% em 1972. Os dados foram retirados do capítulo de Paul Singer (2014) sobre o processo econômico, o autor ainda levanta a hipótese que o “milagre econômico” teria sido um fator que suavizou o apoio popular às lutas armadas (2014, p. 195-199).

Os discursos analisados estão em conformidade com a perspectiva dos governos militares, que se tornaram eufóricos quando se referiam ao progresso e desenvolvimento marcados pelo “milagre” que ganhou cada vez mais espaço publicitário com as obras públicas. A leitura, entendida por Roger Chartier como prática criadora, produtora de sentidos e significações, não representa somente as intenções dos autores, encontra bases também nos “atos”, e em como esses textos são apreendidos dentro desse contexto, fundamental para a existência da representação (1988, p. 123). Dessa forma, os textos jornalísticos são lidos em um cenário político e econômico, os periódicos analisados criaram uma imagem utilizada para legitimação da ordem refletindo nas percepções de espaço e manejo da natureza.

Apoiados em Milton Santos, entendemos o contexto abordado no trabalho como o de desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, onde o meio geográfico do território inclui obrigatoriamente a ciência, tecnologia e informação, desfrutando de um novo sistema de Natureza, agora artificializada (2013, p. 41). Chama atenção, que dentre as justificativas, relacionado à nação e defesa do território, Luís Felipe Miguel aponta para a crença na superioridade moral e técnica dos militares, que estariam cientificamente preparados para oferecer soluções a todos os problemas nacionais (Miguel, 2002, p. 44 *apud* Queirós, 2022, p.7). Apesar de se falar de uma dominação da natureza amazônica por meio da técnica na década de 1930, as ações se concretizaram com os militares, o Estado teve papel crucial nas ações e nos discursos sobre a dominação da região.

A epopeia da Transamazônica

Apesar de não nos aprofundarmos sobre a região amazônica analisaremos as fontes periodísticas *Jornal do Brasil* (JB), como uma leitura tida nacional, relacionada a um olhar mais próximo do governo e o *Almanaque da Parnaíba* (AP), como uma visão local, a fim de compreender a percepção do território nesse contexto e como abordam o projeto de Integração Nacional. Na modernidade se tem uma preocupação maior com a interferência destrutiva do ser humano sobre o meio natural, se antes as discussões eram voltadas para a territorialização e interações, agora ao nível mundo se discute os danos à vida natural, e consequentemente à humana (Pádua, 2010, p. 83-84). No caso do Brasil, apesar desse período ser marcado por avanços com a criação instituições como o Código de Águas (Decreto no 24.643/1934), Ministério das Minas e Energia (MME), devido ao interesse no aproveitamento hídrico para hidrelétricas; o Código Florestal (Decreto no 23.793/1934), visava a proteção de solos para uso agrícola e a Lei de Proteção a Fauna (Lei no 5.197/1967), a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema) em 1973, etc. (Moura, 2019, p. 14-15). Os interesses de modernização e progresso que marcaram o período, vão na contramão de tais discussões.

Com o empenho em demonstrar a relação do desenvolvimentismo e a regionalização, Danielle Viegas (2020) argumenta que enquanto processo histórico o binômio regionalização-desenvolvimento tinha diferentes aplicações, como a ocupação de vazios demográficos, sendo o grande discurso da década de 1930 e volta no período ditatorial, tem-se “a regionalização com fins de equiparação e integração territorial, por meio da industrialização”, apresentando o argumento, segundo Ricardo Bielchowsky:

A especificidade está no fato de que a disciplinarização do território esteve profundamente implicada com a pauta desenvolvimentista, voltada a um modelo de industrialização conduzido por projetos de planejamento estatutais compreendidos como meios de superação do subdesenvolvimento brasileiro (Bielchowsky, 1988, p. 07 *apud* Viegas, 2020, p. 5).

O discurso do subdesenvolvimento, sobretudo após a década de 1950, foi um dos principais argumentos utilizados para promover a industrialização do país e da América Latina. Volta nesse contexto com aspectos semelhantes aos expostos anteriormente, aos quais caracterizam o nacional-estatismo. A consolidação do desenvolvimentismo na década de 1970 vai de encontro com um cenário internacional marcado pela institucionalização dos discursos ecológicos, Regina Horta, em um trecho do seu livro, menciona a posição do Brasil sobre a Conferência de Estocolmo (1972)⁵: “O representante do Brasil, General Costa Cavalcanti, afirmou que as formas de degradação mais graves eram as poluições constituídas pela pobreza e pelo subdesenvolvimento” (2005, p. 15, não paginado). Vale ressaltar que esse período havia a entrada massiva de capitais estrangeiros e propostas de crescimento econômico que buscavam atrair cada vez mais esse tipo de capital, principalmente na região amazônica.

A postura do país é lida como uma forma de reafirmar a soberania nacional, onde os países que estavam em desenvolvimento não deveriam ser limitados e sim os países desenvolvidos teriam que pagar para evitar a poluição (Moura, 2019, p.15). Dessa forma, é possível observar que os discursos, principalmente dos países subdesenvolvidos, que já se utilizavam do subdesenvolvimento para promover, por meio do Estado, políticas de desenvolvimento industrial, continuavam a usar esse argumento, inclusive para exploração ambiental.

No contexto da política brasileira foi criada uma série de programas governamentais buscando promover o desenvolvimento econômico, entre eles podemos citar o Programa de Ação Econômica do governo revolucionário (1964-1966), Plano Nacional de Desenvolvimento I, II, III (1972-1980) e o Programa de Integração Nacional (1970). Este último tinha o objetivo de integrar a economia nacional às regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, ou as regiões Nordeste e Norte, cuja primeira etapa foi voltada para a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e o Plano de Irrigação do Nordeste — no caso do JB, a integração girava principalmente em torno da Transamazônica, assim fomos seguindo o fio dessa trama. A lei definiu como ocorreria o financiamento, a relação dos ministérios

⁵ A Conferência de Estocolmo foi uma das primeiras grandes conferências realizada pelas Nações Unidas para se discutir pautas ambientais, sobretudo de preservação. Além disso, criou princípios e diretrizes para os países, por conta disso é considerado um marco nas políticas ambientais internacionais.

envolvidos no programa e aspectos importantes que circulavam em torno da construção dessas rodovias, como apresenta o inciso 1º do artigo 2º:

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.”. (Brasil, 1970. Art. 2º)

Este inciso parece responder a questão do pretenso “vazio demográfico” e, paralelo a isso, o desenvolvimento de setores da economia, que em linhas gerais ligaria a região ao restante do país. Ocupando e desenvolvendo a economia, promoveria a reforma agrária, diminuiriam os problemas da densidade demográfica do Nordeste, principalmente porque esta região estava passando por um período de seca. O início dos anos 1970 foi marcado pela intenção de incorporar aquele território ao Brasil e promover o desenvolvimento “em nome da nação”.

Em um dos informes do JB foi apresentado ao leitor um diálogo entre os dois generais que eram superintendentes da SUDAM e SUDENE, o General Tácito Teófilo, representante da SUDENE, “queixa-se da intensa propaganda que vem sendo feita pela Sudam em favor da Amazônia, o que deixa inquieto o Nordeste, temeroso de ser esquecido.”, em resposta, o General Bandeira Coelho respondeu: “Meu caro, nessa nossa disputa quem ganha é o Brasil” (Jornal do Brasil, 01/01/70, p. 10). Essa divergência marcou o período de tramitação do financiamento do projeto, que veio sobretudo de incentivos fiscais enviados para as instituições competentes — como as superintendências de desenvolvimento —, houve um impasse, pois se discutia uma transferência de recursos da SUDENE para a SUDAM, em que políticos nordestinos (principalmente dos estados mais industrializados), se mostravam contra o repasse dos incentivos, os argumentos eram no sentido de não ser contra o projeto ou a Transamazônica, e sim contra o deslocamento de recursos, pois não eram realizadas críticas contra esse “projeto para o Brasil”. Apesar das críticas que poderiam ser lançadas à SUDENE, fica evidente a tentativa de invalidação da autarquia por parte do JB, em uma de suas críticas lançada a SUDENE, o JB reforçou que “a demagogia teve mais incentivos que a economia” (Jornal do Brasil, 01/07/70, p. 10), colocando que a instituição beneficiava determinados grupos, e em seus anos de atuação não promoveu nenhum progresso.

Nivalda Campos, ao buscar compreender a atuação da SUDENE na seca de 1970, indica que desde o golpe de 1964 a autarquia foi perdendo a sua autonomia, dando lugar para uma modernização conservadora e concentradora (2004, p. 151). Tais aspectos podem ser lidos também com relação a SUDAM, mas essa instituição tornou-se parte do Plano de Integração,

então ganhou uma imagem positiva enquanto instituição. Esses projetos, que culminam no PIN, com o ícone da Transamazônica, também são lidos como tentativas de validação da ordem ditatorial, analisaremos quais os argumentos de legitimação são colocados.

A Transamazônica foi colocada como uma das principais metas do governo, o que resolveria alguns dos problemas do país. Além do potencial desenvolvimento econômico, resolveria o problema da seca no Nordeste, com o projeto de colonização que transferiria os flagelados. Algumas manchetes apontam, inclusive, a antecipação da construção dessas rodovias, pois no decreto o prazo inicial para sua finalização era de até 1974, visto que havia uma urgência em antecipar em dois anos, o intuito era gerar empregos para os flagelados, que seriam remanejados para região.

Vitale Joanoni Neto e Regina Guimarães Neto ao refletir sobre a “ocupação recente” da região amazônica, apontam para um deslocamento, a partir da década de 1970, nunca visto antes nessas proporções. Em suas análises são articulados a esse aspecto civil/empresarial, sobretudo na participação das empresas, os projetos de colonização, tidos como “ação, que na prática, atuará contra a reforma agrária e que se tornará fundamental para a expansão das atividades empresariais — base para o agronegócio hoje —, envolvidas a realizar o projeto de ‘modernização agrícola’” (2019, p. 100-102). Influenciados pela chamada “Revolução Verde”⁶, um modelo que já vigorava no Sul e Sudeste do país e seria o modelo adotado em outras regiões.

É pertinente destacar que a conjuntura também colocava em questão as disputas agrárias, a reivindicação por reforma e as relações de trabalho no campo. Com a ditadura a pauta da reforma agrária girava em torno de projetos de colonização regulamentados em 1966, essas políticas seriam capitaneadas pelo Estado e executadas por empresas, com o governo Médici essa política passou a ser estimulada nas áreas de fronteira, habitadas por povos indígenas e posseiros (Medeiros, 2019, n. p.). O uso dessa política de colonização e conceitos foi conveniente, ajudou a mascarar os conflitos agrários, que mesmo com os deslocamentos não

resolveu o problema dos fundiários que ainda estavam sujeitos à violência dos grandes proprietários, atendia aos interesses das empresas de colonização e outras que promoveram a infraestrutura, além de atribuir maior relevância à construção da Transamazônica.

Verificou-se com Médici que a busca por legitimidade se deslocou do plano político para o plano econômico, para a ideia de um “Brasil Potência” que veio a constituir a base da propaganda governamental e a sua legitimidade (Earp; Prado, 2019, n. p.). Dentre os caminhos

⁶ Segundo Carolina Octaviano (2010) o conceito de Revolução Verde é entendido como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas.

que levaram a essa potência, o setor da construção civil ganhou muito destaque. Com o anúncio de uma rede de rodovias na Amazônia, concretizada pelo decreto-lei houve uma certa euforia, sob os argumentos do potencial econômico, que tomou conta do discurso de legitimação. Desde o início da década de 1970 o JB nos apresentava uma Amazônia que seria facilmente dominada pela técnica:

O presidente Médici anunciou ontem a execução de um sistema rodoviário para a colonização e integração da Amazônia com a meta de ser desenvolvido até 1974. A conquista da lendária Região Amazônica e sua definitiva integração na economia nacional representava um anseio de toda a nação brasileira e fundamentam a ação decisiva dos governos revolucionários a êsse respeito. [...] Sua ocupação racional, pelo estabelecimento de um programa de integrado de colonização e desenvolvimento regional, constitui meta primordial deste governo, em prosseguimento aos esforços enviados pelos anteriores governos da revolução (Jornal do Brasil, 17/03/70, p. 7).

A conquista da “região lendária” remeteu àquela “natureza selvagem” como uma tentativa de exaltar o regime, atribuindo o aspecto “racional” de força, compromisso com a nação e capacidade de conquistar um território imenso e selvagem.

A partir de julho de 1970, com a instituição do decreto-lei, o JB deu início a uma série relacionada à Transamazônica, intitulada “Transamazônica, a estrada-desafio”, mas que durou pouco, tendo apenas sete reportagens. O JB havia enviado um correspondente, o jornalista Rangel Cavalcante, que passou por algumas cidades onde já existiam estradas da rota da “estrada-desafio”. A matéria da série teve início em Lavras da Mangabeira, no Ceará, nisso temos alguns relatos de pessoas e as expectativas com a construção da estrada. As primeiras matérias da série trouxeram os relatos de alguns moradores e políticos locais.

Tomemos o exemplo de Dona Maria Jacinta: “Nos seus 78 anos bem vividos, já ter começado a juntar dinheiro para uma viagem de ônibus até o mais perto possível do seringal onde trabalha o filho, que há mais de 20 anos seguiu no exército da borracha e nunca mais voltou”. (Jornal do Brasil, 20/07/70, p. 31), esse trecho demonstra como se construía um ideário coletivo de que a estrada traria “novos horizontes” para os nordestinos, não só econômicos, mas também afetivos. A estrada traria a possibilidade de um “novo horizonte”, onde principalmente os nordestinos poderiam alcançar mais, tais como a possibilidade de transitar pelo país e ter melhores condições de vida por meio da colonização promovida pelo governo. Nessa mesma reportagem existem algumas passagens com relação às expectativas do prefeito de construir hotéis, meios econômicos que emergiriam com a construção da estrada.

O desenvolvimento econômico é geralmente uma consequência, sendo essa a grande contribuição para a região. É colocado ainda o exemplo de Osmar Alves:

Osmar Alves de Aguiar, um gordo piauiense, rico e jovial, já está estudando um modo de substituir o seu negócio de molas de caminhões por outro mais rentável ante a perspectiva de construção da Rodovia Transamazônica. É que, no seu posto situado no quilômetro 63 na estrada entre Picos e Campos Sales - a BR 230 - Osmar ganha milhares de cruzeiros por mês, somente com molas de ferro e aço para os carros que quebram as Suspensões por causa dos buracos. (Jornal do Brasil, 21/07/70, p. 16).

As matérias expressam com maior ênfase que as expectativas de desenvolvimento se concentravam nessa parte do Nordeste, a “lente” da pesquisa não deixa de lado os aspectos regionais das duas regiões, embora se tenha a ideia de que eram ligadas no sentido espacial com a estrada, é apresentada uma distinção. Assim, a passagem do correspondente do JB, nos apresenta alguns aspectos, pois, mesmo presente a ideia de um Nordeste parado no tempo, todavia havia esperança:

Com a única diferença de haver asfalto no trecho inicial o homem e o meio são os mesmos, desde Fortaleza, há quase 1.000 quilometro de distância. Agricultores e criadores, sofrem os efeitos das secas empregados em frente de serviço. As Margens da estrada mostram apenas mato, com predominância de Marmeleiro, algumas Carnaúbas nas zonas mais secas, umas poucas sedes de fazenda embora já sejam muitas as casas de taipa nas duas margens. O cenário é todo de pobreza num estirão de 1000 quilometro habitado por gente que espera apenas a hora de viajar para as terras da Amazônia, onde acreditam que a chuva de todos os anos é coisa Bendita por São Francisco. (Jornal do Brasil, 21/07/70, p. 16)

As matérias reforçavam a ideia de pobreza que se tem sobre o Nordeste, depositando a esperança desse povo tanto na construção da estrada como na migração pelos projetos de colonização. O jornal não deixou de pontuar as preocupações: foi evidenciado o medo que se tinha que fossem levados à força, mas geralmente acompanhado de uma defesa, seja de falas oficiais, uma ênfase na imagem de Médici, “— Eu não tenho medo, por que confio no presidente Médici, ele ainda não mentiu” (Jornal do Brasil, 18/11/70, p. 10) ou atribuída à falta de informação, como uma consequência da falta de transportes, direta ou indiretamente, sendo reforçada essa integração por meio das estradas.

A Transamazônica colocava uma variedade de questões em evidência, à medida que o comentarista foi se aproximando do Norte eram mencionadas questões como a exploração de minérios, além de cidades que desejavam fazer parte do traçado da estrada e atividades clandestinas na região, etc. Focaremos, principalmente, naquelas matérias que trazem essa percepção das regiões e a PIN. Como visto, a busca por uma nação evidenciou as regiões brasileiras, o Norte era aquele desafio, referente ao “inferno verde, natureza selvagem” que se buscava dominar e o Nordeste ainda referia-se a uma condição da seca e pobreza.

À medida que se aproxima do Norte as potencialidades econômicas e as dificuldades eram colocadas: os homens de Tucuruí, Altamira e Itaituba apontavam que a maior dificuldade para a abertura da estrada num traçado direto era a quantidade de rios, o que exigiria a construção de inúmeras pontes. Mas, novamente, isso não foi colocado como um problema:

A coragem e confiança do engenheiro brasileiro. Construindo na selva e na lama a estrada que muitos técnicos previram e condenavam como ‘um caminho que será sempre autodestrutiva, por força dos ventos, das águas e do solo’. A estrada está em parte trafegável, destruindo na prática o pessimismo teórico (Jornal do Brasil, 25/07/70, p. 12).

Essas dificuldades, apesar de serem colocadas enfatizando os aspectos locais como a “selva e a lama”, eram contornáveis, reforçando o argumento da superioridade técnica e otimismo. O JB também chamava atenção para o “fator psicológico” como outro atributo que esse feito provocou

A Transamazônica contribui para uma ideia-força, que mobiliza energia e desperta confiança, num país, como o Brasil, que não pode dispensar o estímulo ao orgulho nacional. A Amazônia continua a ser, nos dias atuais, o principal desafio proposto à capacidade, à imaginação e à economia do país. Há muito, A opinião pública está convencida de que temos de ocupar e colonizar aquele vastíssimo espaço vazio. No mundo a braços com problema da exploração demográfica, nenhum país terá condições de manter indefinidamente, sobre a sua soberania, bastas regiões improdutivas (Jornal do Brasil, 16 e 17/08/70).

Esse fator psicológico apontado como o anseio de toda a nação pela construção da estrada, dando uma ideia de uma união social. Além desse ícone que é a Transamazônica, o jornal foi apontando outros itens que foram construindo a ideia de desenvolvimento desse governo em torno de uma união social e política, como, por exemplo, a copa do mundo. Eles foram colocados como indícios que estava-se caminhando para o progresso com os feitos do governo. Esses fatores também contribuíram para a imagem de Médici com uma reputação de prestígio, como um presidente que em seu primeiro ano de governo trouxe grandes projetos, aquele que iria integrar o Brasil. É evidenciado a todo momento o nacionalismo do Programa de Integração Nacional (PIN), este também foi colocado como uma forma de “unificação social”, por diminuir as desigualdades regionais (Jornal do Brasil, 31/10/70).

O nacionalismo e a soberania eram pautas que não escapavam dos discursos sobre a Transamazônica, e chama atenção como os discursos se voltavam para a questão da nação.

Manaus (AN-JB) — O presidente Garrastazu Médici que afirmou ontem a soberania brasileira sobre a Amazônia e rejeitou “os planos milagrosos” de origem estrangeira para o despertar da região, dizendo que esse interesse “nos acende o brio nacional.” — O coração da Amazônia— disse o presidente— é o cenário para que se diga ao povo que a Revolução e este governo são essencialmente nacionalistas entendido o nacionalismo como a afirmação do interesse Nacional sobre quaisquer interesses e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil. (Jornal do Brasil, 1970, p. 9/10/70).

Os aspectos de nação e nacionalismo eram muito fortes no discurso: o trecho citado parece colocar uma certa aversão a projetos estrangeiros, construindo uma imagem sobre o projeto como algo inteiramente nacional, demonstrando a soberania do país, o que era interessante para unir o sentimento popular. Porém, é importante ressaltar que mesmo o Estado tendo um papel fundamental para uma obra dessa magnitude, o projeto atendia também aos interesses do capital internacional. Vitale Joaroni Neto e Regina Guimarães Neto apontam que houve uma ampliação considerável de venda de terras públicas para empreendimentos privados (tanto nacionais como internacionais) a preços extremamente baixos, mas que geravam lucros elevados, que normalmente não ficavam na região.

Levando em consideração que o período era marcado por um apelo nacionalista, com o famoso slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, defesa do território, “Integrar para não entregar”, etc., os governos militares se apropriaram de um discurso que possuía impactos políticos, econômicos e culturais no imaginário nacional brasileiro (Joaroni Neto; Guimarães Neto, 2019, p. 106). Então quando o *Jornal do Brasil* usava a manchete ou referia-se como “epopeia da Transamazônica” ou “epopeia nacional” ele falava alinhado a essa visão de território e visão de nação que se tinha do governo da época. A construção da nação evidenciou os aspectos regionais, por mais que tenha deixado a “geografia em ruínas”, dando lugar a técnica, essas ruínas ainda são visíveis e consideradas, se misturam para se pensar o desenvolvimento. A geografia acompanhada da técnica que resultou na modernização agrícola, muito ligado ao setor primário, com a valorização das *commodities*, formavam-se as bases desse sistema que se deu na região de forma autoritária, baseado em um discurso e imaginário que beneficiava uma pequena parcela da população.

A estrada foi aberta, quilômetros foram desmatados, mas não foram asfaltados. Os efeitos não corresponderam ao discurso, a colonização não resolvia o problema fundiário no Nordeste, nem no Norte, ainda havia problemas de infraestrutura, dentre outras questões. Os espaços foram ligados, mas, aparentemente, não foram integrados.

Almanaque da Parnaíba e a Integração Nacional

Como mencionado, o AP se propunha a falar de temas variados, nacionais e internacionais. Não é surpresa, nesse contexto, observar menções à região amazônica. Os textos presentes no AP foram escritos por comentaristas, nos textos relacionados ao Norte, eram geralmente comentaristas ligados à região. Uma das primeiras menções dentro do quadro de exemplares analisados ocorreu em 1966, “A internacionalização da Amazônia”, por Ildeíonso Pinho. Esse texto discute, sobretudo, que essa região se encontrava abandonada e correndo riscos de passar para o domínio estrangeiro, o trecho destacado é parte da fala de Arthur Cezar Ferreira Reis, governador do estado do Amazonas, colocado como um dos grandes defensores da região:

Não se criou ainda, no Brasil, uma consciência fôra do anativismo ou do sensacionalismo de romance e de jornal, elaborado com serenidade e com realismo acerca da Amazônia. Temos Preferido conhece-la, quando não nos deixar-mos dominar pela frase macia, dos homens de ciência do estrangeiro, que não se cansam de frequentá-la e de investiga-la com os propósitos de bem servir ao conhecimento humano, mas também aos interesses políticos de suas pátrias. (Almanaque da Parnaíba, 1966, p. 227)

Podemos observar uma abordagem mais tímida, não deixando de colocar um potencial na região, tanto que cientistas estrangeiros estavam frequentando, é possível dizer que se visou chamar a atenção do governo para a região, para “servir a pátria brasileira”. Arthur Cezar havia escrito uma série de publicações contra a internacionalização da região. Poucas páginas a frente temos outro texto intitulado “AMAZONIA”, por Joaquim Aragão; o autor buscou novamente chamar atenção, de certa forma, apresentando o lugar a partir de um estudo minucioso da região. Observa-se que nesses textos, os autores buscavam se distanciar de uma visão construída pelos “romances”, dando um aspecto de seriedade. Esse é, segundo o autor, o momento propício, pois via um governo de confiança. O autor ainda destaca o potencial econômico, impedido apenas pela falta de transportes, sua bacia d’água, a maior do mundo, gerando interesse nos países americanos (Almanaque da Parnaíba, 1966, p. 281-282). Aqui o autor coloca de forma mais clara a região como esse lugar potencial, que despertava o interesse das demais potências, lá se tem “todas as perspectivas capazes da aplicação de capitais”, relacionado principalmente ao debate da internacionalização da Amazônia.

A implementação de uma política de ocupação do território no contexto dos anos 1960, é atribuído ao regime, foi idealizada a partir da lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), em que a região é vista como um ponto geopolítico importante, assim, integrar a região era como proteger o território diante da cobiça internacional (inimigo externo). As políticas realizadas durante o regime se iniciaram nos primeiros anos com a criação/reformulação de

algumas instituições, como a SUDAM, Banco da Amazônia S. A., etc. (Queirós, 2010, p. 4). Os debates sobre a internacionalização foram significativos para justificar a ocupação em benefício da nação. O que se tinha na época era uma posição de valorização da modernização tecnológica e a ocupação de áreas que ainda não eram submetidas ao controle do capital de grandes investimentos (Medeiros, 2019, n. p.). Tais interesses são camuflados pelos periódicos analisados como primordial para construção da nação e, também, as demais propriedades do desenvolvimentismo, como o intervencionismo e a formação de grupos técnicos.

A década seguinte, a nível nacional, foi marcada por uma euforia relacionada à concretização da ocupação e integração a economia nacional, nesse contexto o AP temos a seguinte menção:

Não posso nem devo deixar de fazer uma referência especial à atuação patriótica das Forças Armadas, na execução do plano federal de integração da Amazônia. Em qualquer parte do seu território e ao longo das fronteiras tremulas o pendão nacional e a farda verde-oliva dos nossos briosos soldados rivaliza com a esmeralda das matas alucinantes. A Amazônia, graças a êsse conjunto admirável de luminosa brasilidade, jamais será internacional. Será eternamente brasileira! Como brasileiro e amazonense, sinto-me ufano de viver em plenitude esta hora de soergimento e redenção, cuja vitalidade dará pomos de ouro ao pomar nacional dêste país grandioso, a quem Deus reservam porvir de magnitude e liderança! (Almanaque da Parnaíba, 1971, p. 191)

O AP em alguns dos seus textos demonstrava que parte dos colaboradores apoiavam o regime expresso pela exaltação dos chefes militares e o certo desenvolvimento da época. Nas menções, como a citada, podemos ver a exaltação de elementos nacionalistas, como as cores que representavam a nação, a própria ação das forças armadas em defesa do território, demonstrava como o “governo revolucionário” não se contentava apenas com as instituições criadas [como a SUDAM], pois, também, foi lançava a Transamazônica, demonstrando imenso entusiasmo com as ações em prol da ampliação do território nacional.

O nacionalismo, assim como as menções à região Norte presente na leitura do AP, foi um estímulo para investigar o que mais esse periódico escrevia sobre a região, principalmente nos anos de 1970 com o PIN e a Transamazônica, porém, o que nos chamou atenção foi justamente o não dito. Encontramos essas menções sobre a internacionalização e poemas sobre a Transamazônica, mas, no que tange o PIN, não havia mais menções com relação à região Norte, o que analisamos foi uma tentativa do AP de apresentar elementos que colocavam o Piauí no cenário econômico nacional, voltando assim com maior ênfase à pauta de construção do Porto de Luís Correia. Essa reivindicação por ter uma participação maior no cenário nacional não é nova, nesse contexto o AP vai associar o discurso do porto junto ao de Integração Nacional.

O Porto de Luís Correia ou Porto de Amarração era uma pauta piauiense antiga, sendo sonhado desde o século XIX, ele era mencionado desde as primeiras edições do AP. As elites parnaibanas atuavam na demanda pelo porto, principalmente por se tratar de uma elite de comerciantes, que usavam o rio para escoar suas mercadorias, no início do século XX iniciou-se a ligação do Porto das Barcas em Parnaíba com Amarração (Luís Correia), o ano de 1920 foi emblemático, pois reuniu empresários e políticos em defesa do porto (Mendes, 2008, p. 28).

O rio e o porto estavam ligados, principalmente para esses comerciantes, eram deles que partiam os discursos do AP. A situação se tornava mais delicada à medida que passava, pois, as condições de navegabilidade do rio se tornavam cada vez mais inviáveis, o fim da navegação representou o fim das exportações e das indústrias que utilizavam do extrativismo, logo invisibilizou a Amarração como porto comercial (Mendes, 2008, p. 48). O rio permanecia no imaginário do AP como algo pitoresco, marcante na memória, nos argumentos era comum os colaboradores retomarem o sentido histórico da colonização do Piauí por meio do rio, tido como “civilizador e progressista”, ele foi responsável pelo desenvolvimento de cidades, e colocava-se também em defesa da navegabilidade do rio.

Vale ressaltar que a reivindicação pelo porto era uma demanda antiga, representando sobretudo o interesse de uma elite. A fonte analisada durante a década de 1970 coloca os discursos relacionados ao porto atrelado o discurso da integração nacional. Iweltman Mendes pontua que a facilidade de créditos para projeto na área de transportes e a presença de políticos locais próximos às instâncias federais traria expectativas de que seria possível a concretização do tão sonhado porto (2008, p. 49). Essa aproximação de políticos piauienses nos cargos federais foi muito explorada pelo AP:

Hoje o País tem a felicidade de ter na Presidencia da República o honrado e infatigável General Emílio Garrastazu Médici, homem simples, modesto, sem vaidade e sem bairrismo. Nas suas magníficas Falas à Nação, empolga pela linguagem simples, singela, sincera, objetiva e sem demagogia, inspirando confiança e esperança de melhores dias para todos. Sua Excelência com grande bom senso e êsse extraordinário sexto sentido de que são dotados os verdadeiros estadistas concebeu êste notável Plano de Integração Nacional sem compromissos para com essa ou aquela Região geográfica com detrimento para com as regiões menos favorecidas, pois “não se pode admitir que o progresso de determinadas áreas do país se verifique a custa de retrocesso com outras regiões”.

É, portanto, com redobrado ânimo e cheio de esperança que eu uso proclamar ter chegado enfim a hora e a vez do Pôrto do Piauí (Almanaque da Parnaíba, 1972, p. 55).

No texto de Antonio Clark, citado acima, o autor chama atenção para alguns nomes da política, tais como João Paulo dos Reis Veloso, que foi Ministro do Planejamento; José Pinheiro

Machado, Deputado Federal; Petronio Portela, Senador e Alberto Silva, Governador⁷, por esses grandes nomes serem “filhos da Parnaíba” entenderiam melhor essa demanda pelo Porto do que o interior do estado, além de que, seria essencial para a emancipação econômica do Piauí. O AP se manteve indiferente frente as discussões das autarquias na disputa pelos recursos, colocando o plano como em igualdade entre as regiões, mas sem mencionar o traçado da Transamazônica.

O Piauí é hoje sem o porto de Amarração uma das regiões mais “interiorizadas” do País. A construção de Brasília foi a redenção do Centro-Oeste, da Amazônia e do Acre. Goiás e Mato Grosso prosperam e crescem economicamente aos altos. Sem Brasília não haveria jamais uma Belém - Brasília, brevemente totalmente asfaltada; uma Brasília - Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco; a grandiosa Transamazônica e finalmente uma Prodoeste que veio integrar o sudoeste de Mato Grosso - a imensa e rica região do Pantanal ao resto do País. A Amazônia, além das diversas estradas acima referidas, serão contempladas com 43 portos fluviais.

A tendência do Norte do Estado do Piauí, sem a construção do porto e a regularização do rio Parnaíba, é de completo "isolamento" e "esvaziamento". Qualquer indústria que venha a se instalar no Estado, forçosamente, procurará se localizar ao sul da Estrada Teresina - Fortaleza, onde encontrará transporte ferroviário e rodoviário que, com percurso menor, a porá em comunicação com as praças de Recife, Bahia, Rio e São Paulo. [...]

Urge, pois, a promulgação por parte do grande Presidente Médici do PROVALE II para o melhoramento do rio Parnaíba e a construção do porto piauiense de Luiz Correia. Estou certo de que o grande Presidente da Integração Nacional não permitirá que o Piauí fique à margem de seu grandioso programa da ampla, total e indiscriminada Integração Nacional. Onde minha esperança de ainda assistir nos poucos anos de vida que me resta à assinatura da construção do porto piauiense, que marcará o início da realização do grande sonho de minha Longa Vida (Almanaque da Parnaíba, 1973, p. 43).

Nesse texto nos chama atenção o comparativo do Norte, Centro-Oeste com o Piauí, que se relaciona aos fluxos de transportes e os termos utilizado, “isolamento”, esvaziamento”, termos estes que foram muito utilizados no discurso nacional para ocupação da região amazônica, além do apelo político, referindo-se ao presidente como o “grande presidente da integração”. Desse modo, analisamos que há um deslocamento do discurso, que antes exaltava a ocupação da Amazônia, enquanto um feito patriótico, e depois apresentava o Piauí com potencial econômico (ou redenção) na figura do Porto de Luiz Correia, deixando a “grande pauta da década” restrita a poemas.

⁷ Em uma escala local existem pesquisas que evidenciam o desenvolvimentismo do Piauí sendo construído em torno da figura do Alberto Silva, como a de Jônatas Franco (2019), onde ressalta que o governador tinha muitos ideais de desenvolvimento em vários setores, inclusive influenciado pelo discurso de integração. Jônatas Franco aponta que Alberto Silva via a “Transamazônica como o principal elo de junção do Nordeste com o Norte e mais do que isso, assinalava possibilidades futuras de grandes construções no setor viário, sempre aliado com os ‘ideais da revolução’” (2019, p.3-4).

Nesses poemas podemos destacar elementos semelhantes as noções como a ideia de desenvolvimento e progresso. No poema “Transamazônica” de Geraldo Lyra há indicações dos benefícios que seriam proporcionados com a construção da Rodovia Transamazônica, sua integração por meio da rodovia levaria o progresso, resolveria o problema das migrações do Nordeste para o Sul e Sudeste.

O transporte pelos ares
Não te completa também:
Não vai por tantos lugares
Onde vão o carro e o trem!

Teus problemas são estradas,
Como a Brasília-Belém
(Principalmente asfaltadas)
Por onde o progresso vem!

E serás a solução
Para o povo do Nordeste:
Darás, pela evolução,
Mais alívio ao Sul e Leste.

Depois, as tuas mazelas
(Como o despovoamento!),
Acabarás todas elas
Com teu desenvolvimento. (Almanaque da Parnaíba, 1974, p.231)

Além desses elementos podemos destacar que diferente do JB o poema presente apontou para projetos anteriores como a estrada Belém-Brasília construída durante o governo JK. Assim, ao longo do periódico podemos analisar que não há críticas a SUDENE. Apesar desse deslocamento, identificado no AP, o periódico também utilizava aspectos, semelhante ao JB, como o nacionalismo, porém com o apelo político mais forte, que pode ser interpretado como uma posição de distanciamento dos centros de poder.

Devemos entender que o Piauí, assim como outras áreas, não estava isolado do imaginário que se tinha dos rumos do país, assim como as tendências.

Desde finais do século XIX as cidades foram sendo paulatinamente pensadas enquanto parte de um discurso e práticas que as ordenavam para significarem “um ícone de modernidade” com a missão de “desempenhar um papel de polo irradiador de cultura, status e distinção em grau jamais pensado anteriormente (Queiroz, 2006, p.25 apud Franco, 2019, p. 05).

Tais práticas já eram notadas e o AP, na cidade, era um dos difusores dessas ideias de modernidade. Idelmar Cavalcante Júnior aponta que durante as décadas de vinte, trinta e quarenta o AP tentava convencer seus leitores a ver a cidade por uma perspectiva moderna,

relacionada às mudanças urbanísticas, concentradas principalmente na região central da cidade de Parnaíba, a “cidade desejada”, construída pelas elites parnaibanas, tais mesmo com o declínio das importações, nos anos 1940 se preservou uma memória de uma Parnaíba progressista (2015, p. 120). Ao longo das décadas de 1960 e 1970 continuou-se comentando os elementos modernizantes, incentivando um desenvolvimento técnico da agricultura e grandes obras como a Barragem de Boa Esperança e o Porto de Luís Correia, reflexo do imaginário e dos discursos desenvolvimentistas da época.

Voltando ao campo dos “não ditos”, um aspecto muito mencionado tanto nos pronunciamentos do governo quanto pelo JB é o fato do traçado da Transamazônica cruzar o Nordeste, o que levaria desenvolvimento, além dos fluxos migratórios. O traçado da rodovia Transamazônica passava por Picos, que fica a cerca de 650 km de Parnaíba. A fonte não demonstra claramente por que essa relação não foi evidenciada, mas podemos inferir que ela não beneficiaria o norte do estado, ou as elites parnaibanas, apesar de falar enquanto Piauí, as pautas econômicas discutidas e reivindicadas parecem beneficiar apenas as relacionadas às elites parnaibanas ou que colocasse o estado de forma efetiva no cenário econômico nacional. Ainda nesse contexto selecionamos uma última menção sobre a região amazônica, intitulado “Tempo de Rodovias”:

Tudo isso e mais a Transamazônica, a e outras ligações menores, está, agora em funcionamento, com a trégua das chuvas. Acredite-se, ou não, mas é verdade: estamos diante de uma nova Amazônia!

Apesar da devastação da floresta e do perigo da modificação da ecologia, que me fazem sempre colocar o pé atrás, o certo é que estamos diante de uma realidade surpreendente. [...] (Almanaque da Parnaíba, 1979, p. 225).

Nesse sentido, podemos concordar com o AP, pois estamos falando de uma “nova Amazônia”, mesmo depois de alguns anos da data proposta para a conclusão da Transamazônica, o AP apresentava um olhar otimista que se deslocou inclusive das pautas iniciais de colonização, para uma simples integração espacial, o texto colocou a ideia dos fluxos de veículos que havia aumentado na região com a abertura da estrada e trégua das chuvas.

O PIN trouxe novos elementos no imaginário sobre as regiões, a região amazônica é lida sob outro viés, assim como esse contexto foi muito marcante na relação com o meio, a busca pelo desenvolvimento que subjuga a natureza pela técnica se fez presente em todo o processo do programa, sobretudo no que diz respeito a Transamazônica, mas também na percepção do próprio espaço. Tais percepções, como aponta Roger Chartier

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (Chartier, 1990, p. 17).

Foram apresentados ao longo desse trabalho diferentes visões, que partem de diferentes lugares, apesar de partirem de concepções políticas semelhantes, são lidas e articuladas de diferentes formas. Visamos destacar o alinhamento desses discursos e as suas percepções, um discurso de integração que fala enquanto nação, de forma que a Transamazônica foi o grande ícone da integração e representava o progresso de todo um país, pelo menos no discurso. Por mais que seja considerada uma obra inconclusa, não deixou de trazer mudanças: como aponta Leonide Medeiros: resultou na concentração de terras, apropriação de terras indígenas e de posseiros, novos usos para terra e o trabalho dando margem para formas de trabalho análogo à escravidão (2019, n. p.). De modo geral parece haver um contentamento, de forma que a estrada aberta e inaugurada a um custo enorme não figura no periódico como um fracasso do regime militar.

Considerações finais

Os discursos de integração nacional durante a década de 1970 marcaram a política da época e trouxeram mudanças relacionadas à percepção do espaço brasileiro, essas mudanças conduzidas principalmente em nome da “integração nacional” criaram de forma autoritária uma imagem de integração nacional/social desconsiderando uma série de fatores tanto identitário como naturais, tudo em nome do progresso do regime militar brasileiro.

Com o JB foram marcantes a euforia e as expectativas de progresso, a ideia de domínio técnico, o nacionalismo e a soberania, colocados como atributos do regime, no sentido de transmitir a ideia de exaltação e poder. Na perspectiva parnaibana, o AP, por mais que apresentasse temas diversos, encontrava nos discursos de integração nacional uma chance para promover a si e o que seria a redenção econômica do Piauí, a partir do Porto de Luiz Correia, recorrendo a elementos característicos como o nacionalismo e o apelo político ao regime ditatorial. Por mais que no discurso do governo federal a Transamazônica colocasse o Nordeste também como uma região beneficiada, não vemos nenhuma discussão sobre isso na fonte, apenas aquelas que trariam benefícios às elites parnaibanas.

As relações estão em constante transformação e correspondem a processos mais duradouros, o recorte da pesquisa se concentra num momento de otimismo e expectativas com relação ao progresso e com o milagre econômico da década de 1970. Frente a esse otimismo o governo lançou o Programa de Integração Nacional que apesar de amplo, colocou a Transamazônica em evidência, sendo uma obra dessa magnitude um “legado” do período, e por meio dela buscava-se legitimar o regime militar, usando o nacionalismo, construindo a ideia de um Brasil unificado e soberano, uma forma de demonstrar a capacidade e a força do regime, tais elementos são evidenciados nas manchetes utilizadas pelo *Jornal do Brasil* e pelo *Almanaque da Parnaíba*. Esses discursos foram extremamente importantes para estender o modelo de produção agrícola em novas fronteiras de forma que ganhasse apoio popular com a promessa de desenvolvimento econômico e reforma agrária, sem promover mudanças estruturais nas demais regiões e beneficiando, sobretudo, o empresariado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a revista ‘Cultura Política’ redescobrem a Amazônia (1940-1941).” *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, p. 453-468, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/CSBRwGrXhdL6DKjG5bGQWwG/?lang=pt>>. Acesso em: 13 de mar de 2024.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. (5a edição). 5a. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 376.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm>. Acesso em: 20 abr 2024.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CARVALHO, Jeferson L. M. de; GRAZZIOTIN, Luciane. S. S. Um almanaque de cidade como objeto de pesquisa da História da Cultura Escrita: Almanack da Parnahyba (1924-1982). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 179-195, jul./ago. 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000200015>>. Acesso em: 30 de mai de 2024.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. *A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Educação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucila (org.) O Brasil Republicano - o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (vol.2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2019. Não paginado

CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. A escriturística de uma saudade parnaibana: história, tempo e espaço na cidade de Parnaíba-PI. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim; CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. (Org.). Parnaíba: ver, sentir, dizer. 1ed. Parnaíba; Teresina: Sieart; Edufpi, 2015, v. 1, p. 111-126.

DUARTE, Regina Horta. História & Natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985). – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. não paginado.

FERREIRA, Marieta; MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetematico/jornal-do-brasil>>. Acesso em: 30 de mai de 2024.

FONSECA, Pedro. C. D.; SALOMÃO, Ivan. C. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. Rev. de Economia Contemporânea., núm. esp., p. 1-20, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272125>>. Acesso em: 17 de fev de 2024.

FRANCO, Jônatas Lincoln Rocha.. O que falta ao Piauí para que ele participe do desenvolvimento nacional?? Pretensões modernizadoras e integração nacional (1968-1975). In: 30º Simpósio Nacional de História, ANPUH-Brasil, Recife, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1552103549_ARQUIVO_ARTIGO-ANPUH-SNH-2019.pdf>. Acesso em: 15 de jan de 2024.

FONSECA, Pedro Cezar D. *Desenvolvimentismo: A construção do conceito*. Brasília: Ipea (Texto para Discussão, n. 2103), 2015.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia: Políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964-85). Anuario IEHS, v. 34, p. 99-122, 2019.

JÚNIOR, D. P. Andrade, T. A. N. Bonfim, C. V. Instituições e políticas regionais: uma proposta para a nova Sudene. Revista de Economia Política, vol. 31, n. 5, p. 813-831, Edição Especial. 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985). – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Não paginado.

MENDES, Francisco Iweltman. Porto de Luís Correia: histórico de um sonho. Parnaíba: Sieart, 2008.

MOURA, Adriana M.M.. Governança ambiental colaborativa: aspectos conceituais e reflexões sobre casos empíricos. In: WEISS, Joseph S.. (Org.). Movimentos sociambientais: lutas, conquistas, avanços, retrocessos, esperanças. 1ed. Formosa: Xapuri Socioambiental, 2019, v. , p. 103-134.

NOVAIS, Fernando A.; MELLO, João Manuel C. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.559-659.

RABELO, Elson de Assis. A História entre Tempos e Contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: _____(org.). A ditadura que mudou o Brasil: cinquenta anos depois (1964-2014). Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. não paginado.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). A ditadura que mudou o Brasil: cinquenta anos depois (1964-2014). Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. não paginado.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico informacional. 5 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

VIZENTINI, Paulo G. Do nacional-desenvolvimentismo à política Externa Independente. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucila (org.) O Brasil Republicano - o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (vol.2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2019. Não paginado.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/?lang=pt>>. Acesso em 20 de jan de 2024.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A Amazônia e a “utopia autoritária”: integração, ocupação e exploração ontem e hoje. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1–10, jan.-dez. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2022.1.42458>>. Acesso em 13 de mar de 2024.

VIEGAS, D. H. Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 22, 2020. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6044>>. Acesso em: 27 de fev de 2024.

Fontes

Almanaque da Parnaíba – 1966

Almanaque da Parnaíba – 1971

Almanaque da Parnaíba – 1972

Almanaque da Parnaíba – 1973

Almanaque da Parnaíba – 1979

Todos os Almanques se encontram disponíveis no Website Mundos do Trabalho - Piauí.
Disponível em: <http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/almanques-da-parnaiba_2.html>.

Jornal do Brasil, 01/01/70, p.10.

Jornal do Brasil, 17/03/70, p.7

Jornal do Brasil, 20/07/70, p.31

Jornal do Brasil, 21/07/70, p.16.

Jornal do Brasil, 25/07/70, p.12

Jornal do Brasil, 16 e 17/08/70.

Jornal do Brasil, 09/10/ 70.

Jornal do Brasil, 31/10/70.

Jornal do Brasil, 18/11/70, p.10

Os jornais se encontram disponíveis no Website da hemeroteca Digital. Disponível em
<<https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.